



SOCIOLOGIA MILITAR

Ney da Silva Oliveira

A existência de inúmeras definições, todas elas incertas e questionáveis, torna muito difícil chegar-se a uma que seja plenamente aceita como retratando com exatidão o que é a Sociologia. Até mesmo entre os autores considerados importantes no desenvolvimento do pensamento sociológico, e que as diversas escolas indicam como precursores dos atuais conceitos, ocorrem divergências. Auguste Comte, Herbert Spencer, Emile Durkheim e Max Weber, aceitos por todos como figuras centrais da história do pensamento sociológico e do desenvolvimento da sociologia moderna, exerceram profunda influência sobre sua concepção como matéria científica e o modo de encará-la.

Auguste Comte (1798-1857), a quem se atribui o termo "sociologia", considerou-a dividida em duas partes principais: a estática social e a dinâmica social, que, em

diversas formas, ainda persistem nos dias de hoje. Segundo sua concepção, na estática social, as principais unidades de análise sociológica são as maiores instituições ou complexos institucionais, tais como a família, a economia, a política etc. Concebeu a Sociologia, então, como o estudo das relações entre tais instituições.

Na dinâmica social, Comte considerou como unidade de análise a Sociedade como um todo, procurando demonstrar seu desenvolvimento e suas transformações através dos tempos. Comte estava convencido de que todas as sociedades movem-se através de determinadas fases de desenvolvimento e progridem em busca de uma perfeição sempre crescente. Hoje, embora tais teorias tenham poucos defensores, é importante recordar que ele considerou o estudo comparativo das sociedades como um todo unitário, um dos conceitos

mais importantes da análise sociológica.

Herbert Spencer (1820-1903), com sua obra *Princípios da Sociologia*, foi muito mais preciso que Comte na especificação dos temas ou campos particulares sobre os quais a Sociologia deve ocupar-se. Segundo ele, os vários campos de indagação sociológica compreendem a família, a política, a religião, o controle social e a indústria ou o trabalho, citando explicitamente, também, o estudo sociológico das associações e comunidades, a divisão do trabalho, a estratificação social, a sociologia do conhecimento e da ciência, o estudo da arte e da estética.

Spencer sustentava que a Sociologia deve ocupar-se das relações entre os diversos elementos da sociedade, explicar o modo pelo qual as partes influenciam o todo e são, por sua vez, por ele influenciadas, como elas podem transformar-se e ser transformadas. Para ele, a unidade de análise sociológica é a sociedade como um todo, sua estrutura e as funções por ela desenvolvidas, independentemente, sempre que possível, dos fatos e circunstâncias particulares.

Emil Durkheim (1858-1917), fundador da primeira revista francesa de Sociologia, compreendia essa matéria dividida em sete partes: sociologia geral, da religião, do direito e da moral, criminal, econômica, demográfica e da estética. Esse esquema, datado de 1896, poderia, ainda, ser usado para uma análise geral da Sociologia contemporânea. Durkheim enfatizou a

importância da análise das relações entre as instituições e o ambiente. Cada fato social, no seu entender, deve se referir a um particular ambiente social.

Max Weber (1864-1920) era de opinião que os sociólogos deviam estudar a ação social interpretando os processos motivadores dos personagens de uma situação. Atribuía um significado muito amplo à expressão "ação social" ou "relação social", que, para ele, é o objeto particular da Sociedade.

Considerando-se os pontos de vista desses quatro autores, a Sociologia deve, segundo o pensamento clássico:

- estudar uma ampla série de instituições, desde a família até o Estado;
- analisar essas instituições sob o ponto de vista sociológico;
- examinar as relações entre as diversas instituições.

Então, as Forças Armadas merecem tratamento sociológico.

DEFINIÇÃO DE SOCIOLOGIA

O que é, afinal, a Sociologia?

Segundo Comte, ela é, antes de tudo, um instrumento de ação social, empenhado contra a ideologia revolucionária e reacionária. Para Spencer, a Sociologia é a ciência destinada a esclarecer as leis espontâneas da evolução da sociedade concebida como um organismo social. Para Durkheim, ela é a ciência dos fatos sociais. Para Weber, é a ciência que visa à interpretação da ação social.

Como já visto, tanto essas como as inúmeras outras definições são incertas e questionáveis, particularmente quando se considera o desenvolvimento moderno da Sociologia. Entretanto, pode-se chegar a uma conceituação aceitável da matéria quando se encara "o que ela faz", ao invés do "que coisa ela é".

Assim considerando, pode-se dizer que a Sociologia "é a ciência que estuda os vários fenômenos e processos sociais, mediante técnicas inspiradas na metodologia das ciências naturais, com a finalidade de definir as tendências de desenvolvimento das diversas Sociedades".

Então, reforçamos, as Forças Armadas merecem tratamento sociológico.

A SOCIEDADE MILITAR NA SOCIEDADE GLOBAL

No início deste século, alguns sociólogos sustentavam que o Exército, assim como outros grupos, não merecia ser considerado como sociedade, por lhe faltarem raízes biológicas, idéia posteriormente contestada por Levi Strauss, para quem todos os fatos sociais pertencem à Sociedade, razão por que os referentes aos militares também nela devem estar compreendidos. Realmente, a Sociedade, modernamente, é considerada de modo global, como uma entidade total, concreta e referente intimamente à história da evolução do grupo, em seu todo.

A distinção entre civis e militares carece de base; nunca existiu,

nem mesmo nos tempos mais antigos. Todos derivam do mesmo espírito de sociedade, a qual, como estrutura global, une todos os seus membros, independentemente da profissão que exercem.

A idéia de "força em contraposição ao povo", apresentada comumente como representando militares e civis, respectivamente, é uma figura errônea da História da humanidade. Provém dos tempos medievais e caracteriza, sobretudo, o obscurantismo social daquele período, quando sobressaíam-se os exércitos a soldo (origem do termo soldado) dos reis e senhores feudais, opressores do povo.

A sociedade militar, em realidade, é a mesma sociedade civil, embora nela se façam sentir, de modo mais forte, os antigos laços que unem os homens entre si, e estes às armas e a seus chefes. Ainda que constituindo, por suas características e sua problemática, uma coletividade específica, não é e não deve ser considerada como entidade isolada do resto do País, até mesmo como consequência direta da atual concepção de Segurança Nacional e da evolução sócio-econômica da Nação.

De fato, a Segurança Nacional, encarada como uma situação da Nação como um todo, não pode ser considerada como da responsabilidade exclusiva do Estado, e sim de toda Nação, com todos os seus indivíduos, seu patrimônio, suas instituições, seus valores e sua cultura, reclamando a cooperação de toda a comunidade nacional. Tais considerações induzem à ne-

cessidade de se ter uma visão mais adequada sobre o papel das Forças Armadas, que transcendem o aspecto unicamente militar, isto é, uma visão sócio-militar.

Se a Segurança Nacional é entendida como um dever coletivo, que abarca todos os campos (político, econômico, militar e psicossocial), e como, por outro lado, ela influi profundamente sobre a posição dos militares, que, necessariamente, devem estar a par de todos os aspectos da vida nacional, os limites existentes entre a esfera civil e a militar vão se esvanecendo consideravelmente, e a interdependência entre o complexo social e a instituição militar mostra-se, hoje, tão grande que dificilmente, pode-se conceber as Forças Armadas como um organismo autônomo e isolado.

A SOCIEDADE MILITAR: ORIGENS

Nos tempos mais remotos, as sociedades primitivas não conheciam distinções entre civis e militares: todos eram pastores, agricultores, artesãos etc, durante os períodos de trégua, e todos eram guerreiros durante os conflitos. Com o passar dos anos e até tempos não muito remotos, a antiga e perfeita identificação povo-exército era ainda evidente nas manifestações da coletividade organizada, cujo chefe situava-se no vértice da hierarquia, reproduzindo, ainda que exteriormente, a posição que os chefes ocupavam na época em que os grupos eram dirigidos por aqueles que os conduziram durante as guerras.

Essa ambivalência — civil e militar — da organização social pôde subsistir enquanto os conflitos entre os grupos se desenvolveram sob a forma de pequenas escaramuças, de rápida duração. A partir do momento em que os conflitos passaram a se desenvolver, assumindo características mais sérias e duração mais prolongada, não mais se tornou possível empregar todo o povo nas ações de combate, quer por falta de adestramento de muitos de seus componentes, quer para não serem prejudicados os trabalhos voltados para a produção de recursos vitais, que, se não fornecidos, provocariam o colapso dos grupos combatentes.

A guerra, portanto, existia antes mesmo que se formassem grupos especificamente adestrados para as ações de combate. A necessidade de a população ser repartida em grupos voltados para o combate e grupos dedicados à produção dos recursos indispensáveis a sua manutenção fez surgirem as primeiras manifestações de distinção entre guerreiros e trabalhadores, entre esses últimos incluídos, também, os inimigos capturados, depois que se compreendeu a vantagem de se empregá-los como força de trabalho, ao invés de exterminá-los.

Por isso, pode-se dizer que a guerra é o fenômeno social em decorrência do qual tornou-se necessária a constituição das Forças Armadas, como grupo com a função específica de desenvolvê-la e regido por princípios organizacionais compatíveis com tal fim.

Com o passar dos tempos, formaram-se dois grupos distintos: um dedicado prevalentemente à política e às atividades civis em geral; outro encarregado prevalentemente da preparação para a guerra. Isto provocou uma tendência à diferenciação cada vez mais acentuada entre as atividades civis e as atividades militares, até mesmo devido ao tecnicismo que essas últimas comportavam, e fez surgir, no ambiente militar, valores e sistemas de vida totalmente particulares, que, com o tempo, estabilizaram-se e universalizaram-se.

Depois disso, teve lugar uma fase de desenvolvimento e difusão do poder econômico, que levou seus dirigentes a um distanciamento cada vez maior em relação aos assuntos militares, os quais, entretanto, tornavam-se progressivamente mais técnicos (especialização de cavaleiros, arqueiros, balestreiros; organização da engenharia militar, tendo em vista a travessia de cursos de água, o assédio às cidades e fortificações, o preparo das defesas fixas etc), exigindo o concurso de militares profissionais. Generalizou-se a resistência das diversas classes em se dedicarem à atividade militar, ao mesmo tempo em que se acentuava, cada vez mais, a exigência de serem aumentados os efetivos militares.

Na época medieval, enquanto a burguesia tornava-se uma classe cada vez mais rica, ante o crescimento das cidades e das atividades comerciais, a aristocracia feudal foi se tornando progressivamente isolada do resto da população, até que os ricos burgueses se apossa-

ram do poder, favorecidos pela tendência de se formarem grandes estados, com o conseqüente e necessário desmantelamento do poder feudal. Mas, para ser verdadeiramente forte, um soberano precisava ter um exército capaz de impor sua vontade; e os ricos burgueses não possuíam vocação para as lides militares.

Tal dificuldade foi superada da pior maneira possível: a constituição de forças mercenárias. Surgiu, então, um grande número de profissionais da guerra, que se colocavam à disposição de quem pagasse melhor e passavam, indiferentemente, de um patrão para outro. Assim nasceram as "companhias de aventureiros", cujas primeiras manifestações de que se tem notícia remontam aos fins dos anos de 1300. Indiretamente, segundo alguns, essas companhias foram a razão do nascimento dos exércitos nacionais permanentes, se é verdade que esses se moldaram sobre o núcleo de soldados que Carlos VII constituiu para ter a sua disposição uma força que lhe permitisse dispensar os mercenários após uma campanha findar.

De qualquer modo, não há dúvida de que os exércitos permanentes surgiram em razão da necessidade de as companhias de aventureiros serem substituídas. Sua formação, pois, foi favorecida pela dissolução do feudalismo, que fez surgir, na França, a necessidade de se encontrar uma solução social para o gravíssimo problema representado pelas milhares de famílias que viviam nos feudos, e que pro-

curavam resolver sua situação até mesmo com violência.

Assim, no reinado de Luís XIV, nasceu o primeiro exército permanente, modernamente entendido, com hierarquia de postos, graduações e funções; uniformidade de armamento e fardamento; princípios organizacionais específicos, inteiramente diferentes dos utilizados pelas classes dedicadas às atividades civis; e um código moral próprio, baseado no respeito à honra militar.

A sociedade feudal havia elevado a valores extremos a fidelidade pessoal, a honra, a lealdade, o prestígio do combatente e o valor militar, caracteres que foram introduzidos no exército permanente. O ingresso de um nobre no exército do rei implicava em sua renúncia aos direitos feudais que possuía. Não obstante, conservava todos os seus demais privilégios (isenção de impostos, foro especial, manutenção de seus outros empregos públicos etc), em reconhecimento a sua obrigação de defender o estado. Dizia-se que ele pagava, em lugar do imposto em dinheiro, o imposto de sangue. O princípio de não intervenção dos militares nos negócios políticos tornou-se, bem rapidamente, uma tradição nos exércitos e, juntamente com os atributos de honra, valor e fidelidade, formaram-se os cânones imprescindíveis à vida militar.

Durante a época do iluminismo, sob a égide da racionalidade, os valores ideais do combatente foram refutados. A moral burguesa não desejava nem guerra, nem guerreiros,

mas somente cidadãos dedicados ao trabalho e ao progresso econômico e civil. A sociedade, entretanto, viu-se constrangida a tolerar a sobrevivência das Forças Armadas, como preço a pagar para conservar o sistema de equilíbrio entre as potências européias. E a separação entre civis e militares agravou-se.

A Revolução Francesa, revalorizando a figura do combatente, envolveu não apenas os militares, mas todos os cidadãos da nação em armas. Com efeito, foi uma grande conquista democrática, dentro do princípio do direito-dever de todos os cidadãos defenderem o próprio país. Além disso, o grande afluxo dos burgueses ao Exército francês trouxe consigo toda a força intelectual, a capacidade de iniciativa e a operosidade que a classe havia acumulado e amadurecido em suas conquistas no campo civil, promovendo uma grande renovação da organização militar, que continuou mantendo, no entanto, sua coesão e os valores atribuídos à honra e à fidelidade militar.

Os outros países, tendo imitado o modelo francês, também adotaram os mesmos valores morais, que se tornaram atributos comuns a todas as Forças Armadas européias, mas especificamente e exclusivamente militares, distintos de qualquer outro grupo de normas ou princípios. Assim, quando o absolutismo deu lugar aos regimes burgueses, que suprimiram o privilégio de os oficiais serem recrutados somente entre os nobres, as novas levas de militares não ti-

veram dificuldade em se adequarem a esse estilo de vida, nele encontrando motivo de elevação social.

Os valores fundamentais das Forças Armadas — honra e valor — originários do feudalismo, permaneceram íntegros, enquanto que o mais recente atributo — fidelidade — dedicado à dinastia reinante, transformou-se em lealdade à nação, ao estado, ao povo e à pátria. Não obstante, a separação entre civis e militares, experimentada durante o regime feudal, permaneceu como idéia viva através dos tempos, manifestando-se ainda hoje, mais que como simples e infundada opinião, a despeito da crescente e indiscutível interdependência existente entre o complexo social e a instituição militar.

A SOCIEDADE MILITAR ATUAL

Hoje, as Forças Armadas, resultantes do processo evolutivo examinado no parágrafo precedente, constituem um organismo social de características próprias, sobre o qual influem cada vez mais fatores sociais e psicológicos diversos. Além de serem um grupo social específico, no qual os indivíduos sentem-se unidos, sobretudo, pela consciência de possuírem um mesmo código moral e uma mesma forma de pensar, mais do que pelo fato de desenvolverem atividades comuns, as Forças Armadas possuem fortes traços típicos, por terem uma estrutura racional, na qual à eficiência organizacional se aliam uma absoluta centralização

do comando e um rigoroso sistema disciplinar.

Para essa tipicidade, contribuiu notavelmente a psicologia particular do militar, que, ainda que conservando as características tradicionais da classe, vem absorvendo muitos aspectos do mundo moderno. Ao senso de disciplina, ao espírito de sacrifício, à coragem física, ao culto à honra e a outros atributos, vão se somando algumas deformações que podem, inclusive, provocar um distanciamento entre militares profissionais e os não-profissionais, e, de modo geral, do resto da nação.

Uma dessas deformações é a tendência à burocratização, da qual decorre o risco de se multiplicar a figura do "funcionário uniformizado", e quando isto "eclipsa o soldado, o papel substitui a espada, e o odor de naftalina toma o lugar do da pólvora do canhão". Somente o emprego prioritário do militar nas funções concernentes à atividade-fim da Força garantirá sua operacionalidade.

Outra deformação decorre, em contrapartida, da extrema profissionalização dos militares, causando um dos mais agudos problemas de nossa sociedade: a tendência ao isolamento em relação a outros grupos sócio-profissionais, favorecida pela adoção, pelos militares, de uma diferente escala de valores, por sua formação diferente e suas freqüentes mudanças de guarnição.

Não obstante os aspectos negativos desse isolamento, que pode conduzir a sociedade militar a um completo distanciamento do resto da nação, nela permanecem vivos

os traços geralmente considerados positivos, tais como a conservação do próprio sistema de valores e a possibilidade de seus integrantes manterem-se à margem de tensões e contrastes da vida política, sem que isso signifique um imobilismo abstrato em relação às mutações de uma sociedade que se desenvolve, e que é possível evitar-se mantendo-se as Forças Armadas abertas aos interesses da sociedade nacional, às transformações em curso e às correntes culturais da época.

Mas, justamente disso decorre uma outra deformação, criada na estrutura militar em conseqüência a um novo tipo de conflito experimentado pela sociedade contemporânea — a subversão, com suas armas prediletas: a guerrilha e o terrorismo — surgido em inúmeros países.

Esse novo conflito social fez com que, em defesa da sociedade nacional, as Forças Armadas desses países passassem a ser empregadas em atividades que, cada vez mais, afastavam-nas de sua finalidade tradicional, muitas vezes com sérios reflexos negativos na manutenção de sua operacionalidade com vistas à segurança externa, quer quanto ao adestramento do pessoal, quer quanto ao seu equipamento.

O emprego das Forças Armadas contra o inimigo interno, nos muitos países em que a subversão se manifestou, afetou grandemente seu relacionamento com a sociedade civil, que passou a encará-las como forças policiais, o que as diminuiu, delas se distanciando ainda mais, não mais experimentando

o mesmo orgulho que, normalmente, toda a nação sente por suas forças militares, como ocorre nos momentos em que a segurança externa é ameaçada, ocasião em que todos se unem — civis e militares — contra o inimigo comum.

A esses reflexos, vieram se somar os oriundos das dificuldades econômicas experimentadas pela maioria dos países, nos últimos anos, a impedir dispêndios de verbas visando a atender às reais necessidades de suas Forças Armadas. Concentrados no desenvolvimento e no bem-estar social, os governos passaram a restringir os gastos nacionais com suas forças militares, decisão até certo ponto explicável, ante as necessidades de menor monta que a segurança interna exigia, tudo isso no quadro de restrições econômicas realmente incontornáveis.

Entretanto, no âmbito da sociedade militar, tais fatos acarretaram profundos reflexos, não apenas no tocante à aquisição de materiais e desenvolvimento de tecnologias próprias, que permitissem o atendimento de suas necessidades, mas, também, quanto ao seu próprio adestramento. E quando uma organização, qualquer que seja, não consegue desenvolver convenientemente nem mesmo o adestramento de seus integrantes, com vistas à atividade-fim a que se destina, sofre profunda frustração, com efeitos extremamente maléficos em cada um de seus integrantes e, em sentido mais amplo, sobre sua profissionalização.

Além de todos esses fatos, a problemática do militar de carreira

sofre, ainda, outra influência do ambiente real da sociedade contemporânea. Ocorre, também, avaliar em que medida essa sociedade oferece idênticas possibilidades aos indivíduos que pretendem escolher a profissão militar, em particular no que diz respeito a um mercado de trabalho no qual, para um nível técnico-cultural análogo, existem perspectivas de numerosos outros empregos, de elevada remuneração.

A vocação militar não pode deixar de se ressentir ante toda essa gama de influências, e somente um alto grau de aceitação dos valores próprios da vida militar pode equilibrar o esforço necessário à sujeição a tal situação. E não se tem mostrado fácil, na sociedade moderna, o recrutamento de um número suficiente de pessoal adequadamente em condições de servir profissionalmente nas Forças Armadas, justamente em consequência de todas essas influências experimentadas pela sociedade militar.

No futuro, uma série de acontecimentos, como a evolução das sociedades e o aperfeiçoamento cada vez maior dos equipamentos bélicos, transformarão enormemente as instituições e os próprios conceitos de guerra e de paz, em todo o mundo.

Nesse quadro, é válido indagar-mos: como será a futura organização militar?

A essa indagação, as respostas são, sem dúvida, incertas. Todavia, é-nos possível delinear uma tendência: a mudança no tipo de relações entre Forças Armadas e o restante do país. Realmente, uma

maior participação de todos os cidadãos nos problemas relativos à Segurança mostra-se como fator cada vez mais imperioso. Como consequência, é perfeitamente correto esperar-se uma crescente integração das duas sociedades — civil e militar — componentes que são do mesmo grupo social, a sociedade nacional.

A CONDIÇÃO MILITAR

Torna-se indispensável verificarmos, sob o ponto de vista sociológico, a posição daquele que, ainda que componente da sociedade geral, pertence, também, por profissão, à sociedade militar. Não uma visão apenas quanto a sua função, seu status, sua situação administrativa, mas, sobretudo, como um conjunto de motivações, impulsos, normas de comportamento, vínculos e condicionamentos que o modelam segundo características particulares e acabam por torná-lo uma figura exclusiva e inconfundível.

O militar pode ser conceituado, em rápidas palavras, como um cidadão como qualquer outro, mas que, a partir do momento em que, por vocação, escolheu a carreira das armas, assumiu uma carga extremamente onerosa, que outros dificilmente suportariam. Este conceito expressa a essência da condição militar, que, hoje, parece sofrer uma forte crise de credibilidade, no quadro crítico maior atravessado por todos os setores da vida moderna e instituições da sociedade.

As contestações e as críticas atingem o homem também na es-

fera moral, individual e comunitária, nas artes, no trabalho, na escola e na própria família. Seria ilusório, evidentemente, pensar que a condição militar, que diz respeito a indivíduos pertencentes a uma sociedade em crise, pudesse estar livre dos efeitos de tal situação.

Ainda que não exista alguém capaz de, em sã consciência, negar a necessidade de as Forças Armadas existirem, essenciais que são para a segurança de qualquer país, inexistente, também, qualquer aspecto da condição militar que seja imune a toda sorte de críticas e ataques. O alvo principal dessas críticas é sempre a chamada "mentalidade militar".

Diz-se que "o militar é desejoso, se não de verdadeiras guerras, pelo menos de acontecimentos excepcionais que lhe permitam o uso da força e, com essa, a afirmação da autoridade que, juntamente com a disciplina, representa o credo de sua vida". Diz-se, também, que "nutrindo-se desses conceitos sagrados e invioláveis, o militar profissional vive uma vida fora da realidade em curso, baluarte de tradições, nostálgico de tempos mais adequados ao seu modo de agir, incapaz de inserir-se harmonicamente na sociedade, que diz querer defender".

Um outro sociólogo declara que "o hábito de vida de caserna, onde a hierarquia e a disciplina são absolutas, onde não se discutem ordens e onde o uso da inteligência crítica torna-se supérfluo, conduz ao autoritarismo. Tal tendência se transfere para fora dos quartéis, com um desejo inevitável de intro-

duzir a mesma ordem absoluta na vida civil".

Mas as críticas não se litam apenas a esses pontos. Em meio a uma sociedade eminentemente voltada para os aspectos econômicos, a situação do militar sofre constantes e violentas contestações, conseqüentes à discussão que se estabelece a respeito da validade da organização militar sob tal ponto de vista, e que provoca um desajustamento cada vez maior entre a sociedade militar e a sociedade civil. Realmente, a avaliação do desempenho das organizações, modernamente, sendo feita segundo critérios econômicos, ou seja, em função de sua contribuição para o desenvolvimento econômico da sociedade, dá margem a que a organização militar se veja contestada, e os gastos militares sejam considerados desperdício de investimentos públicos, particularmente em épocas em que as disponibilidades em recursos governamentais mostram-se muito aquém das necessidades, de onde decorre o estabelecimento de prioridades entre os programas de desenvolvimento a serem postos em execução.

Nesse quadro — muito semelhante ao ocorrido durante a época do iluminismo — a condição militar sofre constrangimentos de toda a ordem, a ponto de os militares verem-se sob a pecha de "parasitas da nação". Além disso, a própria organização, pouco contemplada na alocação de recursos, particularmente em países que atravessam longos períodos sem problemas ligados à segurança externa, sofre um processo de enfraque-

cimento gradativo, com graves reflexos não só sobre sua operacionalidade, mas, também, sobre seus próprios integrantes, que passam a sentir profunda frustração profissional e alienação em relação à sociedade nacional, à qual nunca deixaram de pertencer, mas que os marginaliza, de certo modo.

Diante de tal situação, não é fácil a um jovem, em época de definir-se quanto à profissão que abraçará, escolher a carreira das armas. A vocação militar, devido a esse progressivo esvaziamento de seu conteúdo genuíno ideal, muito mais do que por outras causas colaterais, entre as quais a da escassa competitividade econômica com outras carreiras (o que nem sempre é verdade, especialmente para os jovens), resulta desacreditada, pouco atraente.

Na realidade, a condição militar em uma sociedade democrática — porque em uma sociedade não democrática ela é indiscutível, como numerosos exemplos o comprovam — tem que ter uma exata colocação.

Se uma revisão e uma atualização de conceitos são necessárias — e a nós nos parecem indispensáveis — devem ser evitadas algumas “soluções fáceis”, que, na verdade, não resolvem nada e, mais do que isso, agravam o problema. Uma delas diz respeito à renovação da condição militar com base em conceitos do passado, em hiperbólica exaltação das virtudes militares e desprezando as críticas que lhe são dirigidas. Outra, diametralmente oposta, versa sobre uma total mudança daquela condição, visando a

transformá-la em uma situação idêntica à das inúmeras outras profissões, sem uma característica de vida própria, numa tentativa de absoluta paridade com a “condição civil”.

Parece-nos possível afirmar que a tendência ao estabelecimento de um confronto entre a condição militar e a de um elemento de qualquer organização civil não seja racional. Certamente existem muitos pontos de contato entre ambas, e é necessário identificá-los, mas as duas diferem substancialmente quanto a seus objetivos, deveres e natureza de trabalho que desenvolvem.

Se quisermos adaptar o serviço militar às regras e costumes do trabalho nas organizações civis, acabaremos por nos esquecermos de que a função basilar das Forças Armadas é a de preparar seus homens para o cumprimento de missões sob circunstâncias extraordinárias, isto é, situação de guerra. E esquecer isto significa tirar todo o sentido da condição militar, fazendo-a perder credibilidade muito mais do que se sustentarmos, abertamente, a clara e insofismável diferenciação que existe entre ela e a condição civil. Mas, se a condição militar tem características próprias, que a impedem de absorver indiscriminadamente todas as transformações por que passam as profissões civis, existem entre militares e civis relações indissolúveis, que nascem da natural necessidade de ligações funcionais entre ambas as sociedades e que são, na época atual, cada vez mais indispensáveis.

A Segurança Nacional, em qualquer país, não é mais uma exclusividade de suas Forças Armadas, como já afirmamos. Ela é assegurada pela ação conjunta de todos os recursos materiais e morais do país. À luz de tal princípio, a evolução da condição militar, na época atual, deve se processar tendo presentes dois objetivos fundamentais:

- salvaguardar suas características intrínsecas mais importantes;
- alinhar-se, harmonicamente, com o sistema de vida adotado pela sociedade nacional.

Se assim for feito, cremos que a organização militar renovar-se-á refletindo em si a tendência dos tempos, sem renegar seus princípios estruturais básicos e desenvolvendo ao máximo as relações de colaboração, no pressuposto de que nessa podem ser perfeitamente conciliadas autoridades, disciplina e obediência. Se isto for verdade — e é — o militar moderno encontrará na sua condição motivos de interesse e de satisfação e sentir-se-á perfeitamente integrado na sociedade nacional, de que faz parte.

A SOCIEDADE CIVIL: PARTICIPAÇÃO NOS PROBLEMAS DE SEGURANÇA E DAS FORÇAS ARMADAS

É importante focalizarmos um aspecto dos mais interessantes no estudo das relações entre civis e militares: a participação dos cidadãos e da opinião pública nos problemas de Segurança e das Forças Armadas. Parece oportuno para

todos — e essencial para os militares profissionais — conhecer a colocação das Forças Armadas no âmbito da sociedade que as circunda e à qual os "cidadãos uniformizados" pertencem. Porque trata-se, fundamentalmente, das relações entre a sociedade militar e a sociedade civil, que se configuram, na maior parte, no grau de participação dessa última nos problemas da primeira.

Há muito tempo ouve-se falar da dificuldade de relacionamento entre as duas "culturas" — a militar e a civil — que, no entanto, são a mesma cultura nacional. Durante todo esse tempo, assiste-se ao constante trabalho das Forças Armadas no intuito de demonstrar que são parte integrante do País, que não constituem um "corpo estranho", que representam os ideais mais altos da Nação. Mas, pode-se afirmar, têm sido obtidos resultados bem escassos com vistas à solução desse problema. Por que isso?

A Segurança, ainda que tenha como principal componente as Forças Armadas, pressupõe, também, a efetiva participação de todos os demais cidadãos, o que nem sempre se consegue, apesar de o assunto vir sendo objeto de um crescente interesse. As Forças Armadas querem desempenhar seu papel, mas num clima de participação, básico para a obtenção de resultados positivos num país onde, à luz da Constituição, a Segurança é dever sagrado de todos os cidadãos.

O que entender por *participar*? No sentido tratado, significa "as-

sociar-se pelo pensamento ou pelo sentimento; ter traços em comum, pontos de contato, analogias; ter ou tomar parte". Dentro desse entendimento, para existir o desejo de participação nos problemas de uma instituição, essa deve ser reconhecida como necessária, útil, essencial, prestigiosa e confiável. A esse desejo, seguir-se-á a vontade de inserir-se naquela instituição, de fazer parte dela. Ou seja, participação significa tomar parte efetiva nas atividades do conjunto, nas preocupações da instituição considerada, na formulação dos objetivos comuns a serem alcançados, nas decisões a serem tomadas. Significa uma parte (sociedade civil) considerar a outra (sociedade militar), e vice-versa; significa colóquio, cooperação.

Da participação deriva a co-responsabilidade, como consequência da personalização dos valores. Em nível racional, de fato, o indivíduo tende a considerar seus os processos em que toma parte. Logicamente, a responsabilidade é função do grau de participação de cada um no processo considerado. Se isto é verdade para qualquer modelo racional de sociedade, também o é quanto ao problema de participação em nível Segurança Nacional e Forças Armadas.

O princípio de defesa (segurança) é um instinto primário, que determina, desde os tempos mais remotos, os mais fortes laços (participação) do indivíduo com a sociedade. A união foi buscada, inicialmente, para aumentar a segurança do indivíduo, segurança que lhe permitia dedicar-se às ativida-

des necessárias a sua sobrevivência.

O homem primitivo participava da vida em grupo por se sentir protegido pela força daquela organização e, com sua força, concorria para o aumento do poder e, em consequência, da segurança coletiva. A evolução da sociedade compreende uma longa série de conflitos e guerras, que, durante todo esse tempo, condicionaram a própria estrutura social, de modo que a necessidade de participação de todos nos assuntos ligados à Segurança sempre ocupou lugar relevante.

Ainda que não seja o caso de se tratar, neste trabalho, da evolução histórica do conceito de Segurança, seria interessante um exame da transformação por ele sofrida, através dos tempos, até os dias atuais, em que pode ser, de forma prática, considerado como tendo assumido um significado muito semelhante ao de "delegação de competência".

Embora sem idéias de generalização, é forçoso concordamos que o cidadão, com o passar dos séculos, quanto mais evoluía, mais procurava substituir sua participação direta nos assuntos ligados à Segurança por uma participação indireta. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que, nas ocasiões em que os interesses do Estado estiveram em jogo, novamente a participação direta tomou vulto proeminente. Tudo isto mostra que a interesses diversos têm correspondido níveis de participação diferentes. No caso brasileiro, pode-se indagar: existe ou não existe, atualmente, a partici-

pação da sociedade civil nos assuntos de Segurança Nacional e das Forças Armadas? Existe a co-responsabilidade dos cidadãos nesses problemas?

As respostas a tais problemas podem ser consideradas como equivalentes à que se obterá diante de outra indagação: em que grau a sociedade militar está integrada na realidade social de que faz parte?

Continuando o processo indagatório, surgem imediatamente outras questões:

— Se não existe nada disso, por quê?

— Tal participação — admitindo-se que ela não exista — é considerada necessária? O que fazer para criá-la ou reavê-la? Quais as ações indispensáveis a isso? A quem elas competem?

São essas as indagações que, hoje, o problema de participação suscita. De imediato, pode-se afirmar que a participação da sociedade civil nos assuntos de Segurança Nacional e nos problemas das Forças Armadas deixa muito a desejar. Não seria inverídico dizer-se, até mesmo, que ela inexistente.

Se isto é verdade, ocorre procurarmos o porquê desse afastamento. As causas são muitas. Dentre elas, se recordarmos nossa evolução histórica, salientam-se:

— a natural repulsa do elemento civil para com os militares, conseqüente ao mau relacionamento da população brasileira com as tropas portuguesas, durante a época colonial;

— a má imagem do Exército, após a Independência, perante a elite

civil, para quem a monarquia significava uma ameaça de centralismo absolutista, garantido por forças de características pretorianas;

— a presença maciça, no Exército Imperial, de oficiais não nascidos no Brasil, os chamados "brasileiros adotivos", vistos como muito mais leais ao Imperador do que à Nação brasileira;

— o espírito antimilitar liberal durante o I Império, contrário à existência de um Exército permanente e profissional, suspeito de ameaçar a existência da ordem civil, preferindo a constituição de milícias civis sob comandos regionais;

— as idéias antimilitares da classe política, continuadas após a abdicação de D. Pedro I, e que favoreceram a criação da Guarda Nacional, diminuindo drasticamente os efetivos e os orçamentos do Exército, que passou a ser visto como organização sem função específica e dispensável;

— o evidente desinteresse da classe civil em relação aos problemas da defesa nacional, mesmo após a Guerra do Paraguai, retratado nas opiniões de que os efetivos do Exército deveriam ser mantidos em níveis reduzidos, constituindo "núcleo para emergência de uma guerra inesperada";

— os preconceitos da população civil contra a organização militar, como conseqüência da forma violenta segundo a qual se fazia o recrutamento, do mau tratamento dispensado aos recrutas, do longo tempo que o serviço militar comportava, dos

grandes atrasos no pagamento dos soldos e da prática de castigos físicos impostos à tropa, tudo contribuindo para o militar ser visto como indivíduo grosseiro e violento;

- o baixo status social do militar, decorrente do desprestígio vivido pela organização e provocando maior fratura entre militares e civis, com o inevitável desinteresse desses últimos pelos assuntos ligados ao Exército;
- a ascensão de chefes militares como estadistas ou em virtude de movimentos políticos, causando descontentamento na elite civil, durante o II Império e o processo republicano;
- a adoção, por parte do Exército, de uma atitude de retraimento, no período compreendido entre a Abdicação e a Questão Militar, como defesa contra sua situação de desprestígio e a hostilidade civil;
- o rompimento dos vínculos de dependência absoluta do Exército em relação à sociedade civil, ante a mudança de regime ocorrida com a Proclamação da República, acentuando a consciência da condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta na sociedade brasileira;
- a ascensão militar aos primeiros governos do Brasil-República, significando, para a sociedade civil, a usurpação do poder político pelos militares;
- as diversas intervenções militares no processo político nacional.

Verifica-se, facilmente, que a participação da sociedade civil nos assuntos de Segurança Nacional e, particularmente, nos ligados às Forças Armadas nunca existiu. Pelo contrário, os fatos históricos contribuiriam decisivamente para o afastamento mútuo entre ambas as sociedades.

Os militares, praticamente, sempre viveram isolados pela sociedade civil. O Exército, em particular, viveu como um Estado dentro do Estado, durante muitos anos, como um mundo fechado, com um código próprio de comportamento e suas próprias convicções. E sempre lamentou a desatenção do Estado para com ele. Mais modernamente, outros motivos concorreram e ainda concorrem para o alheamento da sociedade civil em relação à Segurança Nacional e às Forças Armadas.

Dentre eles, salientam-se:

- a contestação da validade da Organização Militar por parte dos pacifistas.

A tendência das correntes pacifistas atuais, no mundo, é a de convergência em direção ao pacifismo ativo. Diante do perigo de destruição, a paz é um bem muito importante, que merece ser conservado a todo custo, inclusive pela eliminação dos meios bélicos. Daí o fato de os pacifistas propugnarem por essa eliminação ou, pelo menos, por uma drástica limitação daqueles meios. Tal conceito é largamente utilizado, nos dias atuais, para se demonstrar a inutilidade das Forças Armadas. Usando, como instrumentos, motiva-

ções de caráter ético-religioso e filosófico, emocionando a opinião pública por meio das imagens de sofrimentos que uma guerra produz, os pacifistas contestam a validade das forças militares.

A associação da idéia de instrumento bélico com a violência, com a guerra e a destruição é outro dos argumentos empregados.

E fazem adeptos em todas as partes, em todos os países. Esquecem-se que o pacifismo, idealismo baseado em palavras de concordância e de paz, nunca conseguiu impedir as guerras e, provavelmente, nunca conseguirá.

— a improbabilidade de uma guerra envolvendo o Brasil.

Entre os argumentos adotados contra a existência das Forças Armadas, alia-se o que pretende demonstrar quão improvável é o envolvimento do Brasil em uma guerra.

Nosso país, realmente, há muitos anos não vive problemas dessa ordem, excetuadas as limitadas participações nas duas guerras mundiais, assim mesmo em teatro de operações extracontinental. Ações bélicas em território brasileiro não se vêem desde a Guerra do Paraguai.

Do aspecto referente à validade das Forças Armadas, esse raciocínio, alimentado pelo sentimento de que constituímos — e é verdade — uma Nação que ama a paz, é entendido quanto ao significado de Segurança Nacional, cujo conceito passa a ser considerado, meramente, sob o ponto de vista de formulações e discussões teóricas.

— distorções econômicas.

As Forças Armadas são consideradas a "mais deficitária indústria nacional". Seus componentes pessoal e material — ainda que infundadamente, são considerados como absorvendo, anualmente, uma grossa fatia dos recursos financeiros do País, que é retratada de modo mais exorbitante ainda através de comparações com outros setores carentes — por exemplo, o de saúde e o de educação — que necessitam tratamento prioritário.

Para a maioria da opinião pública, os recursos destinados às Forças Armadas são, além de tudo, muito mal administrados, sendo empregados, em grande parte, nas despesas com o pessoal, pouco restando para a modernização de seus meios, como se a Organização Militar fosse uma entidade assistencial unicamente voltada aos problemas da sociedade militar.

— a falta de função social das Forças Armadas.

Diz-se freqüentemente, que as Forças Armadas não realizam uma função social no País, porque tratam os jovens incorporados ao serviço ativo sem lhes dar uma formação técnico-profissional e, sobretudo, sem desenvolver as qualidades espirituais do indivíduo.

Parece-nos uma volta aos tempos passados. Parece-nos a revivificação das palavras de Alberto Torres: "a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o so-

cius da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e de simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel, não podendo criar tais qualidades, não chega, também, por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos...".

Talvez fosse válido rebater tudo isso com dizeres também passados, palavras de Olavo Bilac, segundo o qual o quartel apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido da hierarquia, da disciplina e do patriotismo.

De modo equilibrado, afirmamos que muito se faz sob o ponto de vista social nas Organizações Militares. Mas, concordamos, há muito por realizar, e a sociologia militar, quando for implantada nas Forças Armadas, contribuirá, sem dúvida, de modo determinante, para a formação social do indivíduo, que, durante seu tempo de serviço militar, poderá, dentre outros aspectos, desenvolver ou até mesmo adquirir, em expressão bem mais significativa, os atributos atualmente tratados na área afetiva.

Neste ponto, achamos suficientemente caracterizado o afastamento da sociedade civil em relação aos assuntos de Segurança Nacional e das Forças Armadas, bem como as principais causas dessa situação, bastante numerosas e não muito fáceis de serem removidas. A responsabilidade por tal estado de coisas deve ser atribuída, em

parte, à sociedade civil e, em parte, à sociedade militar.

Mas isso não é o importante. O que interessa, realmente, é resolvermos tão grave problema.

A SOCIOLOGIA MILITAR EM OUTROS PAÍSES

Os estudos sociológicos tendo como objeto a Organização Militar são muito recentes. Nenhum trabalho importante foi realizado nesse campo até a 2ª Guerra Mundial, época em que a sociologia militar se desenvolveu de modo imprevisto nos Estados Unidos, pressionados pela transformação de um exército de pequenas dimensões e formado à base do voluntariado no mais formidável instrumento de guerra que o mundo jamais vira.

Os 266.065 militares existentes em 1940 transformaram-se em 8.078.717 em agosto de 1945, sem contar cerca de 10 milhões de trabalhadores empenhados na indústria bélica, desequilibrando completamente a relação exército/sociedade existente naquela época. Para responder às exigências de funcionalidade de tamanho aparato e compreender os novos soldados incorporados ao serviço ativo, o Exército dos Estados Unidos, pioneiro entre todas as demais instituições, empregou a ciência social, criando uma Seção de Pesquisa em seu Estado-Maior, encarregada de:

- estudar o Exército norte-americano como sistema social, a fim de definir os fatores potencialmente disfuncionais, com o ob-

jetivo de preveni-los e/ou atenuá-los;

- estudar as sociedades e os Exércitos inimigos e aliados, sempre com a finalidade de definir os elementos disfuncionais, com o objetivo de acentuá-los e aproveitá-los.

O resultado desse primeiro e grandioso trabalho contido nos volumes do *American Soldier*, foi considerado ótimo, ainda que a Seção de Pesquisa do Estado-Maior tenha sido acusada de desenvolver "Sociologia Para o Poder" e não "para o Soldado".

Críticas à parte, o *American Soldier* representa o primeiro estudo sistemático das relações exército/sociedade e o primeiro exemplo verdadeiro de sociologia militar. A partir do fim da 2ª Guerra Mundial, esse ramo da Sociologia praticamente foi esquecido. As únicas obras dignas de citação são setoriais, parciais e dedicadas, quase que unicamente, a demonstrar que as organizações militares são "subsistemas sociais destinados à aplicação da violência armada".

Entretanto, mais recentemente, o assunto voltou a despertar atenção, ressurgindo em vários países, agora não mais limitado aos aspectos exclusivamente relacionados com os interesses específicos da Organização Militar.

Despertados para a importância de que o mesmo se reveste, aqueles países passaram a encará-lo de forma bem mais abrangente e profunda, envolvendo, também, o relacionamento entre a sociedade militar e a sociedade civil, quase sempre mantido em níveis muito

baixos de participação mútua até então, havendo, mesmo, casos de completo divórcio entre ambas. Os dados disponíveis, ainda que não sendo muitos, permitem-nos citar alguns exemplos.

Na Espanha, em 1970, foi criado o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEEE), por reorganização do Centro Superior de Estudos da Defesa Nacional. O IEEEE compete, dentre outras atribuições, a de realizar estudos sociológicos de aplicação militar. O Instituto desenvolve suas atividades essencialmente à base de seminários ou grupos mistos de trabalho, compostos por personalidades civis e militares que estudam problemas e questões intimamente relacionados com a Defesa Nacional, a Sociologia Militar e a Polemologia (ciência que estuda a Guerra). Atualmente, existem quatorze Seminários, que se reúnem periodicamente e são apoiados pelo IEEEE; desses, três estão desenvolvendo estudos sociológicos de interesse para a Defesa Nacional: o de Demografia e Problemas Sociológicos, sobre questões referentes à Nação em geral; o de Sociologia Militar, estreitamente vinculado à História Social do Exército espanhol; e o das Forças Armadas nas Sociedades Modernas.

Na França, em 1974, Lucien Mandeville e Jean-Pierre Marichy, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Toulouse I, criaram o Centre d'Études et de Recherches Sur l'Armée (CERSA), que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento de pesquisas sobre as Forças Armadas e a análi-

comparativa das instituições militares em seu próprio contexto. O CERSA é reconhecido como um dos centros universitários franceses especializados no estudo das instituições militares e dos problemas de defesa, tanto pelo Ministério das Universidades (missão de pesquisas), como pela Fundação para os Estudos de Defesa Nacional e pelo Secretariado Geral da Defesa Nacional. Embora não seja vinculado diretamente ao Ministério da Defesa, o CERSA com ele trabalha em íntima cooperação, tendo colaborado para a fundação da Associação Universitária para os Estudos de Defesa. Mantém ligações com diversos organismos do Sistema Francês de Defesa, tanto em nível nacional (Estado-Maior das Forças Terrestres, Direção de Gendarmeria e de Justiça Militar, Direção Central do Serviço de Saúde das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Serviço de Informações e de Relações Públicas das Forças Armadas), como em nível regional (11ª Divisão Pára-quedista e 9º Regimento Pára-quedista). No plano internacional, mantém íntimo contato com os pesquisadores do Seminário Interuniversidades sobre as Forças Armadas e a Sociedade, de Chicago; o Comitê de Pesquisas sobre as Forças Armadas, da Associação Sociológica Internacional; o Instituto Internacional dos Estudos Estratégicos, de Londres; o Instituto de Ciências Sociais da Bundeswehr; a National Defense University; o U.S. Army Military History Institute; a Universidade de Lancaster; o Instituto Nacional de Questões

Internacionais, de Madri; e o Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos (IEEE).

Sobre os motivos que levaram à criação do CERSA, diz Mandeville: "Nosso interesse pelo militar data dos primeiros anos da década de 70, quando, em vista das bobagens que se diziam sobre o Exército e da necessidade de esse importante campo ser tratado em profundidade, de modo científico, decidimos prestar-lhe a devida atenção". Além disso, a França, atenta para a importância do assunto, fez incluir, no currículo de suas universidades, as cadeiras de História Militar e Defesa Nacional, incrementando o interesse de seus jovens frequentadores por tão relevantes problemas. Atualmente, o Governo francês considera que os grandes grupos sociais nacionais acabam de encontrar preocupações comuns, porque devem fazer face a responsabilidades análogas em situações sociais idênticas. Assim, a importância da Defesa Nacional é largamente admitida, hoje, nas universidades francesas, mesmo nos setores mais conhecidos por seus sentimentos antimilitaristas, que, ainda assim, consideram plenamente válido tal interesse, sob o ponto de vista da evolução da mentalidade e da multiplicação dos debates sobre o assunto, sendo conduzidos, então, a aprofundar seus conhecimentos e a enriquecer suas reflexões.

A Defesa Nacional é, para o universitário, um novo campo de pesquisas. As Forças Armadas e as Universidades são, de fato, tentadas permanentemente a viver à

parte da Sociedade. Ambas sentem, hoje, a necessidade de sair desse isolamento. Aproximando-se mutuamente, elas só poderão reencontrar a própria Nação, para cuja estabilidade e desenvolvimento são necessárias, ao mesmo tempo, as armas da inteligência e a inteligência das armas.

Na Itália, recentemente, foi criado o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre a Defesa (ISTRID), em Roma, destinado a estudos relativos à Segurança Nacional e aos Problemas do Pessoal Militar. O ISTRID nasceu como uma solução para o desinteresse e o ceticismo revelados no trato dos problemas de Defesa Nacional, procurando engajar a classe política e a opinião pública nas questões militares, através de uma programação integrada dos diferentes setores nacionais. Como extensão de sua ação, contribuirá, também, para solucionar a insuficiente integração das instituições militares na sociedade italiana. O Instituto enfatiza que sua criação não deve ser vista como uma tentativa de militarizar a cultura ou a sociedade, ou de desmilitarizar as Forças Armadas, e sim como um meio, dentro do interesse maior da Defesa Nacional, de buscar a fraternidade entre militares e demais cidadãos, e de estudar, sob o ponto de vista sociológico, os assuntos que dizem respeito àquelas Forças. Considera que a pesquisa exige a colaboração de expertos provenientes dos mais diversos setores — difíceis de serem recrutados no seio da sociedade militar — e uma reflexão de caráter científico à qual

não podem se dedicar, a não ser superficialmente, aqueles que têm responsabilidades operacionais ou funcionais. Entende, também, que a realização de debates em seu âmbito poderá contribuir para o desenvolvimento do pensamento militar italiano, para situar a cultura militar em seu devido nível e para permitir uma melhor identificação dos interesses nacionais, a fim de melhor defendê-los no cenário internacional.

Na maioria dos países ocidentais, enfim, Centros e Institutos voltados especificamente para a pesquisa sobre as Forças Armadas consagram-se aos problemas de Defesa e de Sociologia Militar, ante a magna importância de que esses assuntos se revestem.

CONCLUSÃO

Cabem, aqui, com admirável exatidão, as palavras de Edmundo Campos Coelho, a respeito do Exército brasileiro: "... é aquela organização que vez por outra merece dois ou três parágrafos de sociólogos mais atentos ao processo político nacional. Porque o grosso do caudaloso discurso sociológico se ocupa preferentemente com o operário e o sindicato, com a empresa e o empresário e, genericamente, com qualquer outro setor que com estes constituem, ou podem vir a constituir, o que supõe-se seja a face progressista da sociedade nacional. Com o Exército tem permanecido no limbo da imaginação — ou falta de imaginação — sociológica os componentes da "reação", demônios exorcisa-

dos do espírito da sociologia acadêmica. (...) A questão que interessa aqui é a da escassez de estudos sobre o Exército. (...) Neste particular, parece suceder aos sociólogos brasileiros algo semelhante ao observado por Janowitz com relação ao desenvolvimento da chamada sociologia militar nos Estados Unidos. Aí, por longo tempo, os sociólogos julgavam incompatível com suas posturas políticas liberais a análise de instituições ou organizações com caráter ou tendências autoritárias, tal como julgavam ser as militares”.

Essas palavras podem ser entendidas, perfeitamente, como abrangendo as demais Forças Singulares. Em realidade, nossos sociólogos não se preocupam em desenvolver estudos tendo como objeto a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Sem medo de errar, podemos afirmar que a Sociologia Militar, no Brasil, não existe.

“Considerando que os grupos sociais mais complexos — as nações — têm interesses e aspirações altamente diversificados, que devem ser pesquisados, identificados e fixados para que ação de maior responsabilidade que o homem é chamado a desempenhar — a ação política — se oriente por objetivos nacionais claramente definidos; que a adoção desses objetivos cria um estímulo à ação coletiva e um universo semântico comum a governo e povo, permitindo àquele aglutinar esforços populares em termos dos objetivos da nação, e a este um referencial com que avaliar o desempenho governamental; e que a Segurança Nacional é o es-

tado de garantia proporcionado à nação, para a consecução dos seus objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente”, pode-se concluir que justamente aí reside a chave para a solução do problema do afastamento entre a sociedade civil e a militar.

A Segurança Nacional exige a ação coletiva das duas sociedades; logo, representa o ponto de convergência de ambas, de integração entre elas, e, ao mesmo tempo, de irradiação do consenso das grande sociedade brasileira. E isto é o mais prioritário.

Julgamos oportuno, ainda, aduzir uma outra consideração, que ouvimos mais de uma vez, partida de elementos civis. A idéia é deles, a redação é nossa: “considerando que a participação e a co-responsabilidade derivam da *confiança*, os militares estão certos de que têm feito tudo que é possível para que sua imagem inspire à sociedade civil um sentimento de seriedade e responsabilidade, isto é, que se creia na *eficiência* das Forças Armadas no que concerne a sua destinação constitucional?”.

Sobre esta indagação, de fato, concentram-se as bases daqueles que querem demonstrar a inutilidade de nossas Forças Armadas, reforçando suas opiniões através de comparações com as das grandes potências. Se as Forças Armadas, destinadas à garantia da Segurança Nacional contra ameaças de toda a ordem, não são tão eficientes quanto deviam, isto deve ser mudado rapidamente. Opinar por sua inutilidade, obviamente, é ridículo. Dar as costas à sociedade

militar também é ridículo. Ignorar o problema é mais ridículo ainda. O necessário é que a sociedade brasileira, como um todo, acorde para a extrema importância dos assuntos que interessam à Segurança Nacional. Não um interesse limitado a formulações e reformulações de conceitos. Ela tem que ser trazida em ações; tem que ser praticada.

Em suma, ao contrário do que muitos opinam, temos que melhorar nossas Forças Armadas, modernizá-las, torná-las atuais em efetivos e meios materiais, confiáveis e eficientes. Só assim teremos Segurança. Mas, enquanto tudo isto não for objeto de estudos científicos, continuaremos assistindo a discussões que só servem para demonstrar a inexistência de um consenso nacional.

Bibliografia

- BOLUFER, J. P. — *Défense et Université: Une Rencontre Nécessaire* — Paris, 1975 — *Revue Défense Nationale*.
- CALMON, Pedro — *História do Brasil* — Rio de Janeiro — Livraria José Olympio Editora.
- COELHO, Edmundo Campos — *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira* — Rio de Janeiro, 1976 — Editora Forense — Universitária Ltda.
- ISNARD, Jacques — *Un Dialogue Académique* — Paris, 1976 — Editorial: *Le Monde*.

- JEAN, Carlo — *Culture Militaire et Contrôle Politique sur les Forces Armées* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEEE.
- KENNETT, Lee — *Military History in France* — Georgia, 1978 — *Military Affairs*.
- MADOZ, JL — *El Centro de Estudios e Investigaciones Sobre el Ejército de Toulouse* (Francia), *Revue Defensa*, 1980.
- MONTEIRO, Tobias — *História do Império: O Primeiro Reinado* — Rio de Janeiro, 1946 — F. Briguiet e Cia. Editores.
- PALÁCIO, Leo — *Janowitz, Créateur de la Sociologie Militaire* — Paris, 1977 — Editorial: *Le Monde*.
- ROUX, Patrick; COMTE, François — *Les Etudiants et les Problèmes de Defense* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEEE.
- SANCHEZ-BARBA, Mario Hernández — *La Generacion del Desastre — Factores Psicológicos en un Conflicto Antimilitarista de Opinion Publica* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEE.
- SCUOLA DI GUERRA — *Governo del Personale e Sociologia Militare* — Civitavecchia, Itália.
- SORBARA, Alain — *Les Forces Armées Italiennes: La Representation Collective* — Toulouse, 1980 — CERSA — IEE.
- UNIVERSITE DE TOULOUSE I — *Centre d'Études et de Recherches sur l'Armée* — Toulouse, 1980 — Institut d'Études Politiques.
- VIANNA, Oliveira — *O Ocaso do Império* — Rio de Janeiro, 1959 — Livraria José Olympio Editora.



O Cel Art QEMA Ney de Silva Oliveira tem os seguintes cursos militares: Artilharia, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Superior de Estado-Maior, da Escola de Guerra da Itália; Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval. Foi Instrutor da AMAN e da ECEME. Serve atualmente na 3ª Seção do Estado-Maior do Exército, Brasília, D.F.